

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO VALE DO JEQUITINHONHA: NOVO PARADIGMA

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Breves reflexões sobre desenvolvimento**
 - 2.1 Migração e desenvolvimento
- 3. Caracterização sociodemográfica do Vale do Jequitinhonha**
 - 3.1 Alto Jequitinhonha
 - 3.2 Médio Jequitinhonha
 - 3.3 Baixo Jequitinhonha
- 4. Síntese do diagnóstico**
 - 4.1 Evolução histórica da economia da região
 - 4.2 Situação atual
 - 4.3 Perspectiva: agroindústria
 - 4.4 Perspectiva: indústria e artesanato
 - 4.5 Perspectiva: resumo consolidado
- 5. Análise conclusiva**
 - 5.1 Potenciais para o desenvolvimento
 - 5.2 Por que as políticas não dão certo no Jequitinhonha
 - 5.3 Conclusões para políticas públicas
 - 5.4 Considerações finais
- 6. Bibliografia**
- 7. Anexos**

1. Introdução

Este estudo visa refletir e discutir as alternativas para o desenvolvimento sustentável na região do Vale do Jequitinhonha, composto por 52 municípios¹. Para tanto, ao longo de 2 anos (entre 2004 e 2005) foram pesquisados detalhadamente o ritmo da vida social cotidiana na região do Vale do Jequitinhonha em face das alternativas para o desenvolvimento, das oportunidades e vulnerabilidades da economia regional e da organização social das populações locais.

O trabalho reflete uma preocupação fundamental com a reflexão e análise científica de um problema social: o desenvolvimento regional. Entende-se que a construção do objeto da ciência social consiste na constituição da própria “consciência pessoal” (dos pesquisadores, cientistas e cidadãos, também membros da sociedade) na sua interação com os demais personagens da trama social.

¹ Diamantina, Gouveia, Datas, Presidente Kubitscheck, Serro, Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Senador Modestino Gonçalves, Itamarandiba, Carbonita, Aricanduva, Capelinha, Veredinha, Turmalina, Leme do Prado, Chapada do Norte, Minas Novas, Angelândia, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Itaobim, Araçuaí, Itinga, Virgem da Lapa, Coronel Murta, Medina, Comercinho, Cachoeira do Pajeú, Berilo, José Gonçalves de Minas, Chapada do Norte, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas, Novo Cruzeiro, Carai, Pedra Azul, Joaima, Monte Formoso, Jequitinhonha, Felisburgo, Rio do Prado, Palmópolis, Rubim, Almenara, Divisópolis, Mata Verde, Bandeira, Jordânia, Jacinto, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.

A proposta é que a evocação da experiência do trabalho de campo no Vale do Jequitinhonha, ao longo de dois anos, seja o critério principal da construção do discurso sobre essa mesma região. Isto é, que a experiência concreta e reflexão crítica atuem como o critério de seleção, tanto no caso dos dados secundários (informações censitárias, em especial), quanto no caso dos dados primários (transcrições) que servem como profundo exercício de autoconsciência sobre o “objeto” (o fenômeno do desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha).

Em outras palavras, acredita-se que esse exercício de autoconsciência deve preceder a análise dos dados; pois é ele algo como o registro crítico e imaginativo daquilo que se *sabe* comumente de uma realidade que não se viveu concretamente – ou seja, coloca-se em suspenso este saber comum de pessoas estrangeiras, que não vivem intensamente a realidade social própria da região. E assim, procurou-se incorporar às análises científicas e às aplicações formais das políticas públicas, na forma de suas letras frias e distantes, um pouco da carne e do sangue que compõem a realidade concreta do cotidiano destas populações posicionadas à margem da sociedade nacional.

Durante o trabalho de campo nos municípios do Vale do Jequitinhonha foram observados aspectos gerais sobre a vida de seus habitantes e, também, aqueles aspectos mais específicos de cada município ou microrregião. Isto porque considera-se fundamental que uma discussão aprofundada sobre o desenvolvimento regional, ou seja, o desenvolvimento dos potenciais da organização social e econômica dessas coletividades – que também possuem

longa e rica tradição cultural –, ocorra mantendo no horizonte essa percepção crítica da realidade cotidiana da região.

Em outras palavras, não se pode refletir e, muito menos discutir, adequadamente, a questão do desenvolvimento na região do Vale do Jequitinhonha sem estar atento para o fato de que ali convergem, ao mesmo tempo, ricas e diversas tradições culturais que se organizam social e economicamente segundo relações singulares, criando, várias vezes, distinções e limites dentro daquilo que aparentemente se constituiria como uma unidade regional. Esta compreensão é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas.

A análise crítica das informações coletadas e dos discursos estabelecidos sobre o desenvolvimento na região permitiu esboçar uma sociologia do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha. Esta perspectiva visa o confronto das práticas e discursos experimentados pelas populações locais, seus cidadãos comuns, trabalhadores rurais, agentes políticos locais, agentes do poder público local e, claro, aquelas práticas e discursos próprios do agente externo e mediador distante concernente às autoridades públicas vinculadas aos governos estadual e federal.

A ideia central é contribuir para a orientação de políticas públicas mais eficientes e comprometidas com a realidade vivida cotidianamente pelas populações singularizadas na região do Vale do Jequitinhonha. De fato, maior contribuição será dada à reflexão e problematização da consecução e aplicação das políticas públicas, muitas vezes descoladas da matriz empírica à qual deveriam se destinar.

Não se deve esquecer que estas são experiências iniciais e restritas a uma região particular. E está fundamentalmente associada às experiências pessoais de seus pesquisadores e suas reflexões junto aos habitantes da região com os quais tiveram contato. Acredita-se que esta experiência configura requisito e critério essenciais para uma correta e eficaz formulação de estratégias ativas e justas para a aplicação de políticas públicas, comprometidas com a realidade vivida pelas populações regionais, trabalhadas em conjunto.

2. Breves reflexões sobre desenvolvimento

Nos últimos 50 anos o Brasil efetivamente cresceu. Foi a economia da periferia capitalista que mais cresceu entre 1940 e 1980, modernizou-se, urbanizou-se, criou parque industrial importante. Contudo, todos esses inegáveis aspectos normalmente associados à prosperidade, à riqueza, ao desenvolvimento, não produziram aqui estas conquistas para o conjunto da população. Na verdade, tais conquistas não se universalizaram, na medida em que este crescimento-modernização-urbanização-industrialização foi solidário com a continuidade e expansão das desigualdades regionais, da exclusão social, da concentração da renda e da riqueza, da expansão da fome, da miséria, do desemprego, da deterioração dos sistemas de saúde e educação, da piora do quadro ambiental.

De tal modo são contundentes estas questões que não há como não reconhecer a necessidade de ampliar o conceito de desenvolvimento de modo que contemple também as dimensões sociais, político, culturais, tecnológicas, científicas, ambientais.

Mais que isto, para os amplos segmentos sociais excluídos dos frutos do progresso tecnológico, da modernização e da industrialização, que se verificaram no Brasil, é essencial construir um conceito de desenvolvimento que tenha como pressuposto a democratização da terra e do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade, da informação e do lazer, um processo que, em um dos seus últimos livros, Celso Furtado chamou de “distribuição primária da renda”. Esta distribuição primária da renda é, na verdade, mais que pressuposto, é a garantia efetiva da universalização do desenvolvimento na medida em que significa a ampliação e consolidação de um mercado interno de consumo de massas, que é a base consistente e democrática de um processo de desenvolvimento econômico socialmente justo.

Um problema constante e comum a toda a região do Vale do Jequitinhonha diz respeito à grande evasão populacional ocorrida nos últimos 50 anos. A emigração de variados extratos da população local poderia representar imediatamente a incapacidade regional de sustentar sua própria população, não apenas através de infraestrutura social adequada (como facilidades públicas adequadas na saúde pública, educação e alimentação), bem como e, talvez especialmente, a

inadequação econômica regional entre oferta e demanda tanto no setor produtivo (em especial o mercado de trabalho local precário) quanto no setor de consumo.

Contudo, a migração como problema crônico da região há décadas não expressa direta e simplesmente estes dois conjuntos de problemas citados acima. De fato, a migração é apenas a faceta concreta de um problema maior concebido no interior das práticas e discursos do desenvolvimento, providos tanto pelos agentes públicos (em todos os níveis, federal, estadual e municipal), locais ou não, quanto pela sociedade regional que possui sua própria história.

Assim, propõe-se a reflexão sobre a questão do desenvolvimento regional a partir da relação entre a migração e o desenvolvimento, visto que o deslocamento constitui parte essencial da identidade regional forjada no Vale do Jequitinhonha desde sua colonização histórica, e permanece presente e determinante ainda hoje, a despeito das inúmeras tentativas do poder público e de iniciativas privadas em controlar a evasão e definir uma alternativa desenvolvimentista para a região.

2.1 Migração e desenvolvimento

Norbert Elias, num livro magistral que se chama o “Processo Civilizador”, analisa a diferença entre cultura e civilização que ajuda a pensar a relação entre migração e desenvolvimento. Para Elias, cultura consiste no olhar coletivo voltado para o interior de si, implica orgulho das próprias realizações, do próprio ser; é o

reconhecimento de si mesmo. A cultura diz respeito a produtos humanos semelhantes a obras de arte, livros, sistemas religiosos e filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de cultura delimita, pois é a consciência de si mesmo.

Já civilização descreve um processo ou pelo menos o seu resultado. Consiste na redução das diferenças nacionais, enfatiza o que deveria ser comum a todos os seres humanos; o conceito confere expressão à tendência expansionista de grupos civilizadores. Assim, do conceito de civilização deve ficar registrado esse olhar etnocêntrico, esse olhar que vê o outro e afirma que é preciso fazer algo para que esse outro não seja mais outro, para que esse outro seja como nós. Isso torna o discurso civilizador permeado pela nobreza das intenções.

O discurso do Desenvolvimento surge também envolvido por essa aura, marcado pelo desconhecimento intencional do outro, por uma espécie de “pseudovontade” de transformar esse outro em um nós. Logo, pouco depois da Segunda Grande Guerra, nas relações entre o Norte e o Sul, o desenvolvimento forneceu o marco de referência para o exercício de uma mistura de generosidade, chantagem e opressão. Tornemos mais clara essa afirmação.

Para tornar mais clara essa afirmação deve-se considerar que a “Era do Desenvolvimento”, período que se segue ao ano de 1949, recebe esse nome

graças ao presidente Truman², que no seu discurso de posse refere-se pela primeira vez ao hemisfério sul como área subdesenvolvida.

É claro que ao chamar de subdesenvolvidos os países do hemisfério sul, Truman instaura em contraponto as áreas desenvolvidas: lugares de abrigo do progresso. De acordo com essa concepção, os EUA e certos países da Europa estavam no cimo da evolução social. O modo de vida desses países, o padrão de produção, constituía então a meta por ser atingida. Num piscar de olhos, os povos do sul deixaram de ser vistos na sua diversidade; transformaram-se em algo homogêneo. Eles passaram a se ver como imagem inversa da realidade alheia, uma imagem que os diminui, e, dessa perspectiva reduzida, o que se apresenta como meta é imagem dos países do norte. Noutros termos, a suposição é a de que na periferia o capitalismo teria uma evolução similar ao desenvolvimento que ele teve no centro.

O conceito de atrasado e o conceito de subdesenvolvido que são acionados para classificar os países da periferia do capitalismo remetem a rupturas na autonomia desses países, reforçam o estigma de que os países da periferia são incapazes de fazer qualquer coisa por conta própria. Daí grande número de atividades humanas baseadas em redes de relacionamento, em certas formas de solidariedade, de

² Truman assumiu em 1945 – era vice de Roosevelt – depois que Roosevelt morreu. Autorizou o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaki. Iniciou a política da Guerra Fria, que dividiu o mundo em 2 áreas de influência opostas e pelo plano Marshall destinou 17 bilhões, em 4 anos, para os países comunistas. Reeleito em 1948.

cooperação e reciprocidade que se encontram em determinadas sociedades são desconsideradas.

Em síntese, o desenvolvimento, ou melhor, a forma como o conceito é acionado:

1. anula as diferenças, isto é, impõe uma única diferença entre os avançados do norte e os atrasados do sul;
2. estabelece uma única via por ser seguida e anula todas as demais; e
3. remete a uma pseudo-certeza – de que no futuro todos seremos iguais, todos seremos avançados como a gente do norte.

Talvez a mais importante produção ideológica do pós-guerra seja a noção de desenvolvimento. Quando se fala de desenvolvimento em 90% dos casos, fala-se de processos de acumulação capitalista e dos processos sociais, econômicos e políticos associados a isso. A problemática do desenvolvimento é, em certo sentido, a problemática da realização da acumulação do capital na periferia do sistema; a problemática do desenvolvimento é sempre o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Raramente se trata da discussão do desenvolvimento dos países desenvolvidos. A teoria do desenvolvimento é uma teoria da expansão capitalista na periferia. Nesse sentido, ele é um problema da relação entre a periferia e o centro, e das formas do capitalismo na periferia.

Se assim é, não há, portanto, como falar em desenvolvimento local. O desenvolvimento, pelo menos na sociedade capitalista, é necessariamente articulado aos processos gerais, e isso desde os anos 40. O local na verdade só

tem sentido como problemática da articulação entre as várias escalas. Pensar o local separado das outras escalas, pensar o local como uma alternativa às outras escalas é, na verdade, uma operação teórico-conceitual de encobrimento da natureza do desenvolvimento.

Daí responder à globalização, ou melhor, à difusão desigual dos supostos benefícios do desenvolvimento por meio de uma teoria do desenvolvimento local é algo frágil. Na verdade, em face da globalização é necessário pensar múltiplas escalas nas quais o desenvolvimento se dá, pensar o local como um momento desse desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento local é central? É. Desde que pensada não como alternativa ou oposição ao desenvolvimento global, mas sim como uma das escalas do desenvolvimento global à luz de uma tentativa de reflexão teórica e política da crítica das relações entre as múltiplas escalas.

3. Caracterização sociodemográfica do Vale do Jequitinhonha

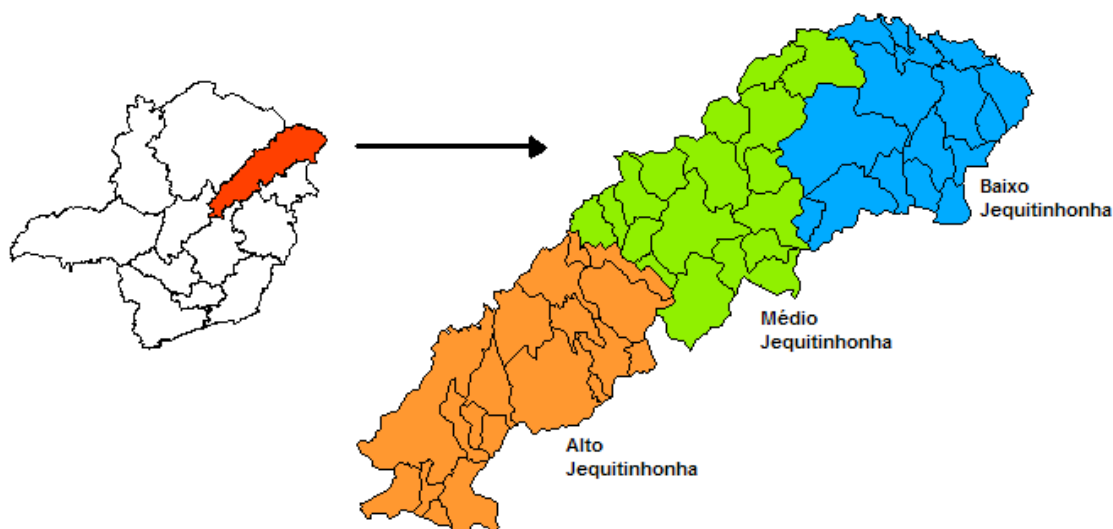
O Vale do Jequitinhonha, que compreende 52 municípios situados no nordeste de Minas Gerais, ocupa uma área territorial de, aproximadamente, 52.980 km² e abriga uma população de cerca de 1.000.000 de pessoas. Essa região caracteriza-se por ser uma das mais pobres e sofridas do país, apresentando

alguns dos piores indicadores socioeconômicos, reflexo da extrema pobreza na qual vive a maior parte da sua população.

De acordo com Matos (1999), o Vale do Jequitinhonha é fortemente marcado por populações pobres, de características rurais, alta mortalidade infantil e baixa esperança de vida, forte emigração e, dentre outros aspectos, uma estrutura etária desigual, com elevada proporção de crianças e idosos. Além disso, a população do Vale do Jequitinhonha apresenta altos índices de analfabetismo, evasão escolar, trabalho infantil e baixo nível educacional.

Desta forma, esta sintética caracterização sociodemográfica do Vale do Jequitinhonha considera separadamente cada uma das suas microrregiões, representadas pelo Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (Figura 1).

Figura 1: Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil



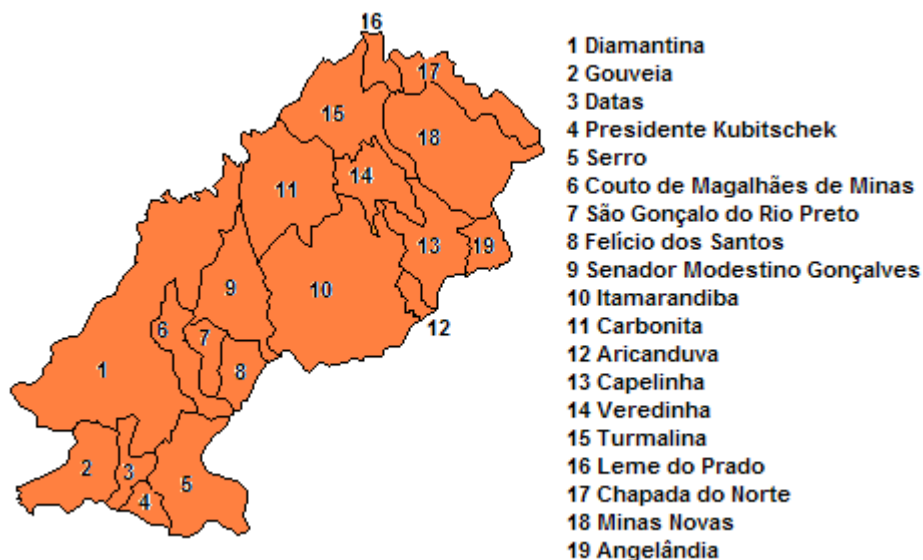
Fonte: Microrregiões Geográficas do IBGE e Censo Demográfico 2000.

3.1 Alto Jequitinhonha

A Figura 2 apresenta os 19 municípios que formam a microrregião do Alto Jequitinhonha e as suas localizações dentro desta região.

Uma forma bastante ilustrativa de representar a distribuição de uma população segundo idade e sexo é através da pirâmide etária. Segundo Carvalho, Sawyer & Rodrigues (1998), uma pirâmide que possui base larga e ápice estreito é característica de uma população extremamente jovem. Na medida em que a fecundidade declina, nascem menos crianças e a base da pirâmide vai se estreitando, tendendo a assumir uma forma retangular, típica de uma população envelhecida.

Figura 2: Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil



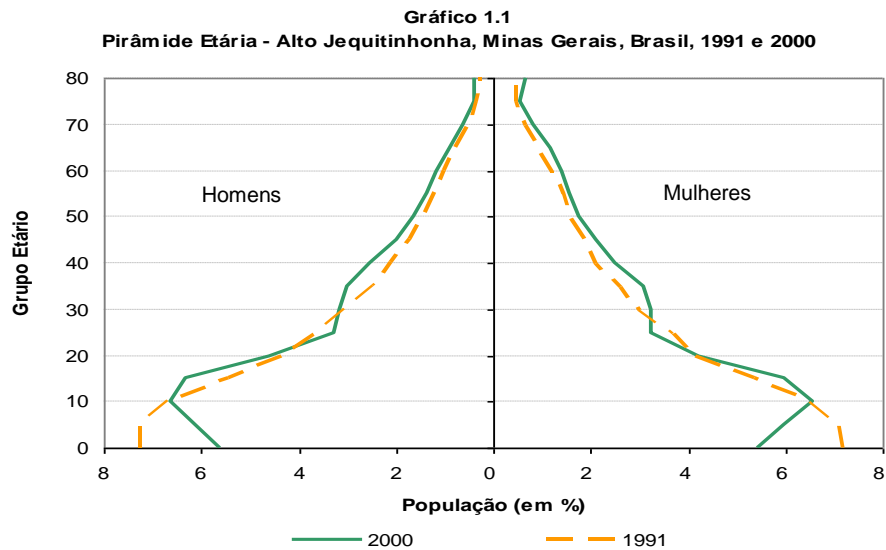
Fonte: Microrregiões Geográficas do IBGE e Censo Demográfico 2000.

Uma característica da pirâmide etária é que ela reproduz, de forma estática, a distribuição da população por idade e sexo. No entanto, não é difícil verificar que o “retrato” desta população está associado a um processo dinâmico, ocorrido em décadas anteriores, influenciado por diversos fatores de natureza demográfica – fecundidade, mortalidade e migração.

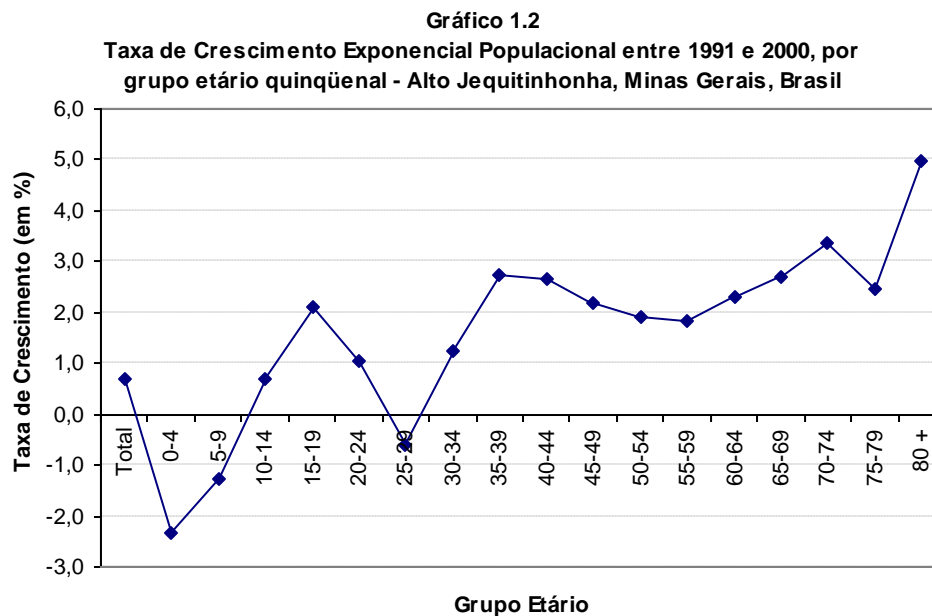
Através do Gráfico 1.1 é possível observar as mudanças ocorridas ao longo dos anos na distribuição da população por idade e sexo. Em 1991, a forma piramidal da distribuição da população do Alto Jequitinhonha era característica de uma população muito jovem. Observa-se uma elevada proporção de crianças, em relação às proporções da população adulta e idosa. Em 2000, houve uma modificação na base da pirâmide, devido à redução da proporção relativa de crianças abaixo dos 10 anos de idade. Essas modificações mostram que, embora o Alto Jequitinhonha tenha um nível de fecundidade superior ao das demais regiões desenvolvidas de Minas Gerais e do Brasil, esta região acompanhou a tendência de declínio da fecundidade ocorrida ao longo das últimas décadas no país.

A dinâmica populacional pode ser vista através das taxas anuais de crescimento da população, com mostra o Gráfico 1.2. Observa-se que entre 1991 e 2000 houve um crescimento populacional negativo das crianças entre 0 e 9 anos de idade, em decorrência da queda da fecundidade. Nas coortes mais novas, como a coorte de 0 a 4 anos de idade, a redução do ritmo de crescimento é ainda mais

elevada (cerca de -2,2% a.a.). A elevada taxa de crescimento dos adolescentes entre 10 e 19 anos de idade é reflexo da alta fecundidade ocorrida no passado.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

A partir dos 20 anos de idade, observa-se uma queda brusca nas taxas de crescimento populacional, que voltam a se elevar a partir dos 30 anos. A razão para este fenômeno se pauta na elevada emigração de jovens observada no Vale do Jequitinhonha. Como a maioria das famílias sobrevive da agricultura de subsistência, nos períodos de seca há uma intensa emigração de jovens para as lavouras de cana-de-açúcar e café em São Paulo e no Sul de Minas. Estes jovens evadem do sistema de ensino em busca de um trabalho que garanta a eles e às suas famílias o mínimo para sobreviverem nos períodos da seca.

Um outro ponto que merece destaque nesta análise é a elevada taxa de crescimento da população acima dos 80 anos. O aumento da população idosa pode ser decorrente dos avanços na tecnologia médica, que permitem que as pessoas prolonguem o seu tempo de vida.

A análise do contexto sociodemográfico do Alto Jequitinhonha pode ser feita através dos indicadores listados na Tabela 1. A taxa de analfabetismo mostra o percentual da população que é incapaz de ler e escrever um bilhete simples na sua língua de origem. No Alto Jequitinhonha, observa-se uma redução de 10 pontos percentuais na taxa de analfabetismo entre 1991 e 2000. Apesar da redução da população analfabeta acima de 15 anos em 2000, a taxa de 24,24% ainda é muito elevada, quando comparada à taxa de Minas Gerais (aproximadamente, 12% em 2000) e à taxa do Brasil (aproximadamente, 15% em 2000).

Tabela 1: Indicadores sociodemográficos – Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	34,83	24,24
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,92	4,06
Índice de Desenvolvimento Humano		
Geral	0,58	0,67
Educação	0,60	0,76
Longevidade	0,65	0,70
Renda	0,50	0,56
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	44,21	39,80
Taxa de mortalidade na infância (por mil)	67,06	43,48
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,84	66,82
Porcentagem da população negra (pretos e pardos)	69,11	63,72
Porcentagem da população na área rural	52,36	44,80

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Houve também uma melhora no indicador que mede os anos médios de estudo concluídos pela população entre 25 e 64 anos. Na estimativa da escolaridade média estão refletidas as variáveis de rendimento escolar – aprovação, reprovação e evasão – e o grau de cobertura do sistema de ensino. Quanto melhores as taxas de rendimento escolar e maior o grau de atendimento do sistema de ensino, maiores serão as médias de anos de estudo concluídos.

Observa-se que houve um aumento de aproximadamente 1 ano na escolaridade média da população entre 25 e 64 anos no Alto Jequitinhonha. No entanto, assim como na taxa de analfabetismo, a média de anos de estudo concluídos por esta população encontra-se abaixo da média do Brasil que era de, aproximadamente, 6,2 em 2000.

Uma síntese das condições socioeconômicas da população é dada pelos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's). Observa-se um aumento no IDH geral, bem como nos IDH específicos – educação, longevidade e renda –, entre 1991 e 2000. O IDH educação foi o que mais cresceu entre os períodos analisados e pode ter sido influenciado pelo aumento da cobertura do sistema de ensino ocorrido na década de 90.

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores utilizados para mensurar, além do estado de saúde da criança, as condições de vida da população. Observa-se uma pequena redução na taxa de mortalidade infantil, passando de 44 óbitos por mil nascidos vivos, para 40 óbitos. A queda na taxa de mortalidade na infância, calculada para as crianças de 1 a 5 anos, é mais acentuada, passando de 67 óbitos para cada 1000 crianças de 1 a 5 anos de idade, para 43 óbitos.

Como foi visto anteriormente, houve um aumento na taxa de crescimento da população idosa do Alto Jequitinhonha. Parte deste aumento pode ser devido ao prolongamento do tempo de vida dos idosos, devido aos avanços da medicina no tratamento de doenças crônicas degenerativas que acometem, principalmente,

esta faixa etária. Observa-se que a esperança de vida ao nascer, que reflete as condições de saúde gerais da população, elevou-se, passando de 63,84 anos para 66,82 anos.

Em relação à população negra (pretos e pardos), verifica-se uma redução no seu percentual, entre 1991 e 2000, embora ainda seja a população predominante no Alto Jequitinhonha. Verifica-se também uma queda da população residente em áreas rurais, passando de 52,36% em 1991 para 44,8% em 2000.

3.2 Médio Jequitinhonha

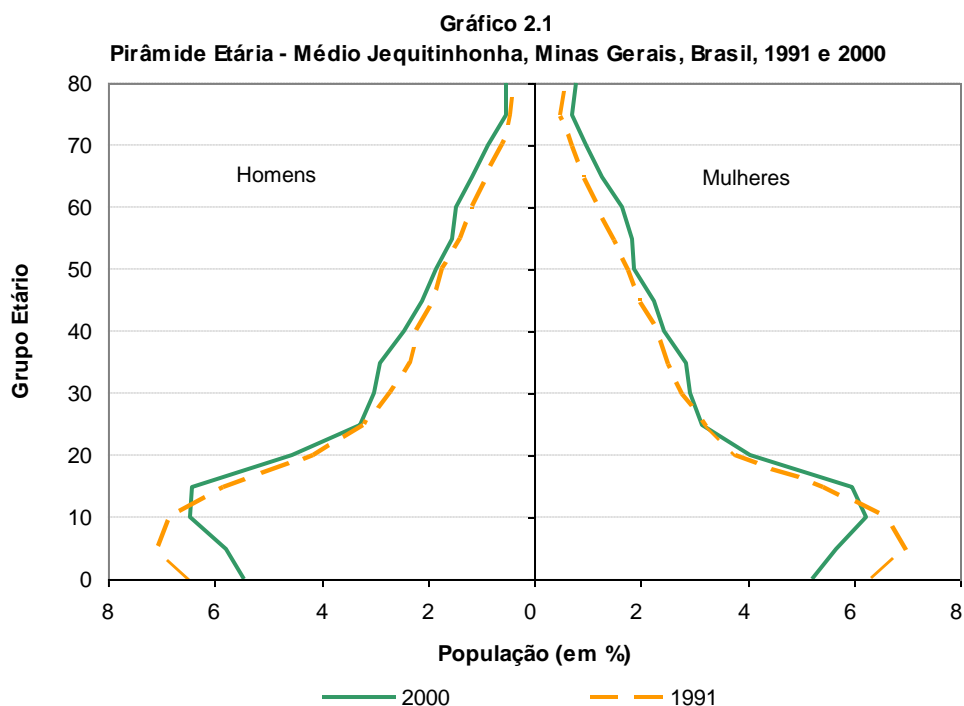
A Figura 2 apresenta os 17 municípios que compõem o Médio Jequitinhonha e suas localizações dentro dessa microrregião.

Figura 2: Médio Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil



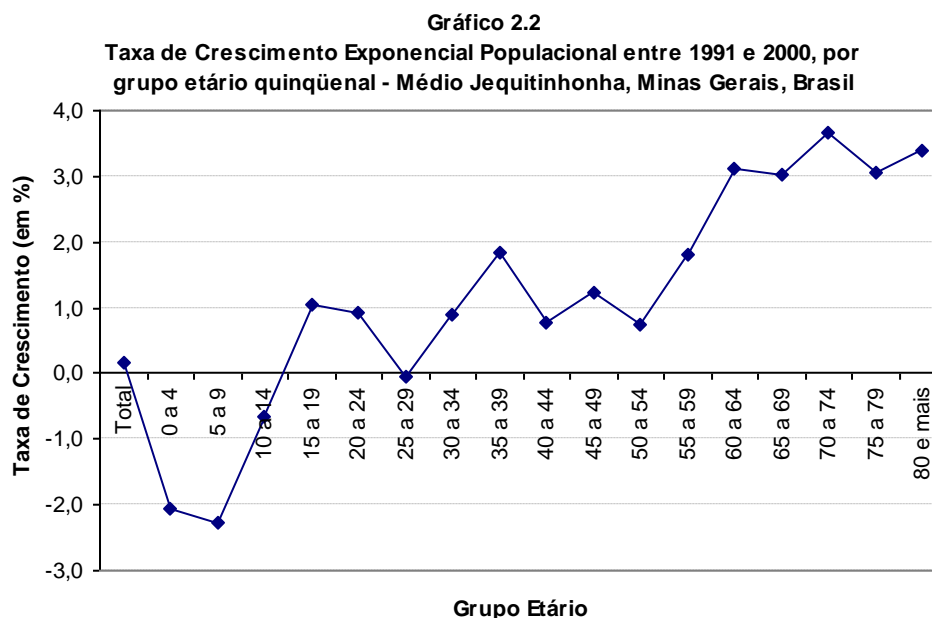
Fonte: Microrregiões Geográficas do IBGE e Censo Demográfico 2000.

Através da análise das pirâmides etárias dos anos 1991 e 2000 (Gráfico 2.1), observa-se que o envelhecimento populacional também esteve presente na região do Médio Jequitinhonha. Em relação a 1991, em 2000 houve uma redução da proporção relativa de crianças abaixo dos 10 anos de idade compensada pela elevação do peso relativo dos adultos e idosos. Tais modificações revelam que esta região, assim como o Alto Jequitinhonha, acompanhou a tendência de declínio da fecundidade verificada no Brasil ao longo das últimas décadas.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

De acordo com as taxas anuais de crescimento da população (Gráfico 2.2), observa-se, novamente, que entre 1991 e 2000 houve um crescimento populacional negativo das crianças entre 0 e 9 anos de idade, em decorrência da queda da fecundidade. A elevada taxa de crescimento dos adolescentes entre 15 e 24 anos de idade reflete a alta fecundidade ocorrida no passado.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Em se tratando dos jovens adultos, observa-se que a taxa anual de crescimento populacional dos grupos de 20 a 24 anos e de 30 a 34 anos de idade é de, aproximadamente, 0,9% a.a., ao passo que essa taxa no grupo etário intermediário (de 25 a 30 anos) é de apenas -0,5% a.a.. Novamente, assim como verificado no Alto Jequitinhonha, este fenômeno se deve à elevada emigração de jovens observada no Vale do Jequitinhonha. Também merecem destaque nesta

análise as elevadas taxas anuais de crescimento da população idosa (acima de 60 anos de idade) do Médio Jequitinhonha.

Em relação ao contexto sociodemográfico, observam-se grandes avanços nos indicadores sociais do Médio Jequitinhonha entre os anos de 1991 e 2000. A taxa de analfabetismo reduziu em 13 pontos percentuais, passando de 41,88% para 28,83%. Embora esta queda tenha sido maior, quando comparada à região do Alto Jequitinhonha, o percentual de analfabetos acima de 15 anos, em 2000, na primeira região ainda era mais elevado (Tabela 2).

A escolaridade média elevou-se em, aproximadamente, 1,5 ano entre os dois períodos analisados. Em 2000, os anos médios de estudo concluídos pela população de 25 a 64 eram de 4,02, semelhante àquele encontrado na região do Alto Jequitinhonha (4,06).

O índice de desenvolvimento humano geral elevou-se de 0,55 para 0,65, indicando uma melhora nas condições socioeconômicas da população do Médio Jequitinhonha. A melhora no IDH geral foi decorrente do aumento ocorrido em todos os IDH's específicos, dados pela educação longevidade e renda. No entanto, o IDH educação foi aquele que mais contribuiu para o aumento do índice de desenvolvimento humano geral, pois este elevou-se de 0,56 para 0,72 entre 1991 e 2000.

Tabela 2: Indicadores sociodemográficos – Médio Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	41,88	28,83
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,45	4,02
Índice de Desenvolvimento Humano		
Geral	0,55	0,65
Educação	0,56	0,72
Longevidade	0,63	0,69
Renda	0,47	0,53
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	45,70	40,27
Taxa de mortalidade na infância (por mil)	71,48	44,03
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,93	66,62
Porcentagem da população negra (pretos e pardos)	75,20	71,31
Porcentagem da população na área rural	58,01	50,68

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Entre os períodos analisados, houve uma queda nas taxas de mortalidade infantil e na infância. A mortalidade infantil reduziu-se, aproximadamente, de 46 para 40 óbitos por mil nascidos vivos. A queda da mortalidade na infância foi mais acentuada, passando de 71,48 para 44,03 óbitos para cada mil crianças de 1 a 5 anos de idade.

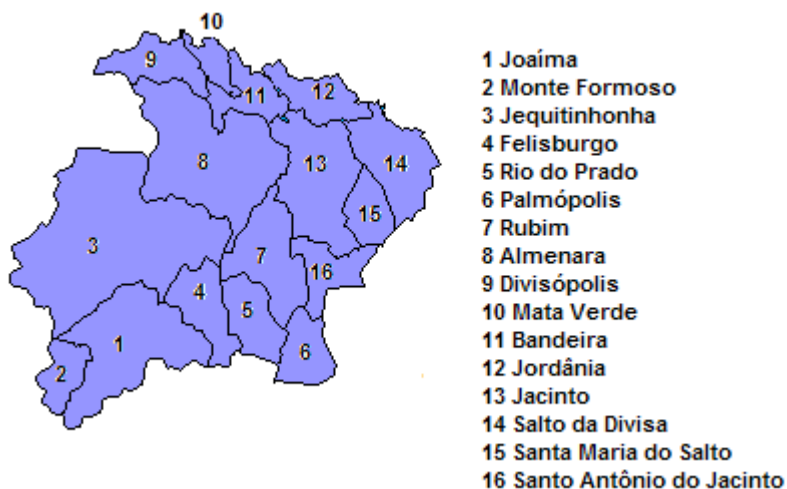
Houve uma melhora nas condições de saúde da população, dada pelo aumento da esperança de vida ao nascer. A média de anos vividos pela população do Médio Jequitinhonha aumentou em 3,96 anos. A esperança de vida ao nascer que era de 62,93 anos em 1991, passou para 66,62 anos em 2000.

Verifica-se uma redução do percentual da população negra, passando de 75,20% em 1991 para 71,31% em 2000. Observa-se, também, uma redução da população residente em áreas rurais. No ano 2000, a distribuição da população entre as áreas rurais e urbanas era equânime no Médio Jequitinhonha.

3.3 Baixo Jequitinhonha

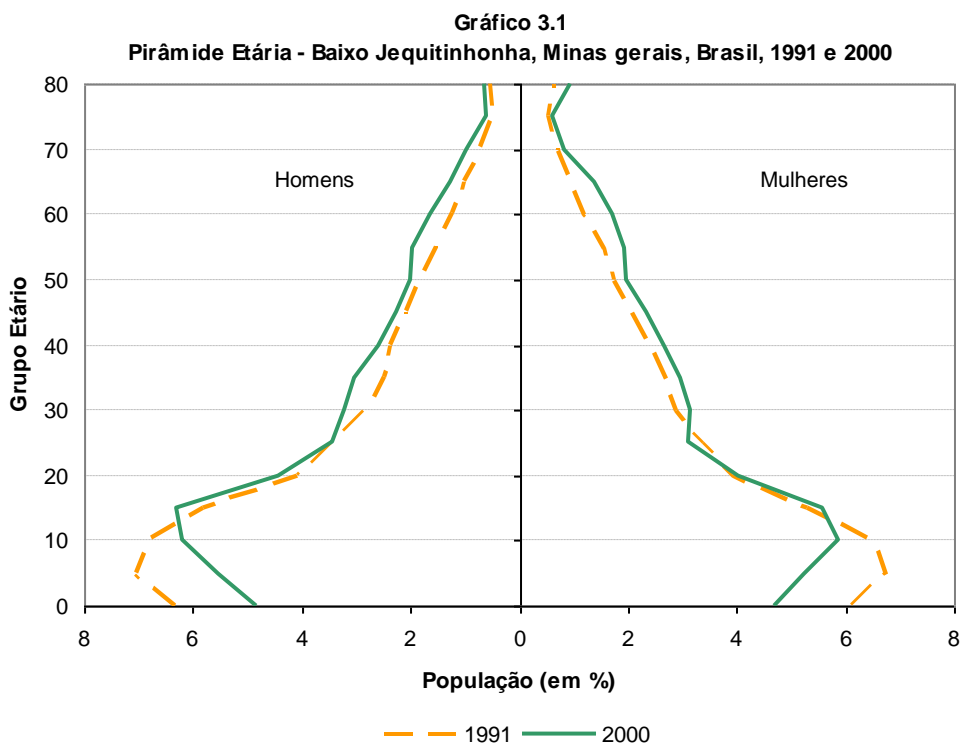
A Figura 3 apresenta os 16 municípios que constituem o Baixo Jequitinhonha e suas localizações dentro dessa microrregião.

Figura 3: Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil



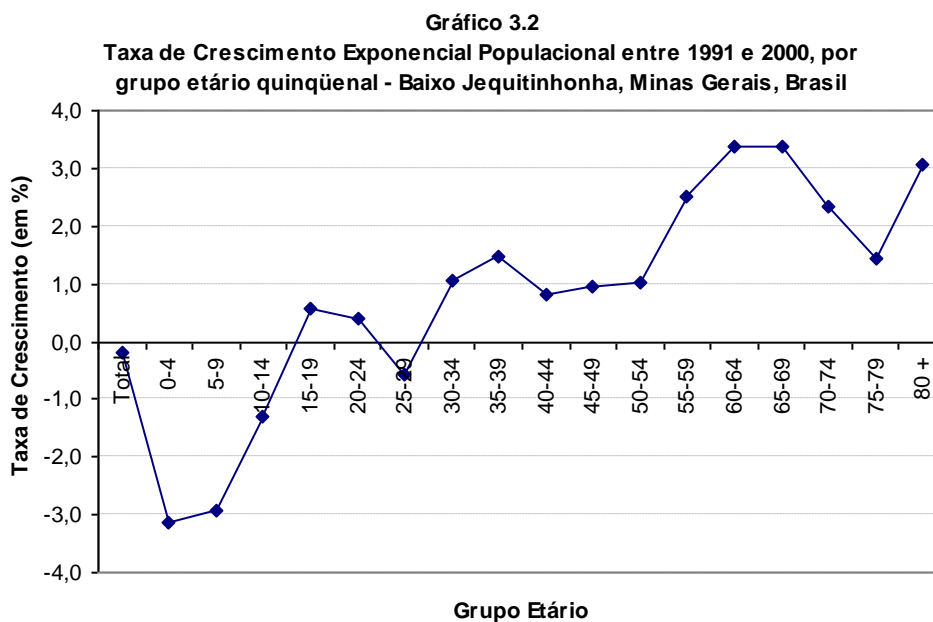
Fonte: Microrregiões Geográficas do IBGE e Censo Demográfico 2000.

A pirâmide do Baixo Jequitinhonha em 2000, quando comparada à de 1991 (Gráfico 3.1), também indica que a fecundidade declinou durante os anos 90, pois houve significativa queda nas proporções do grupo de 0 a 9 anos de idade. Assim, nota-se o envelhecimento da população residente no Baixo Jequitinhonha. Isto porque, ao longo da década de 90, as proporções relativas aos jovens diminuíram e esta redução foi compensada pelo aumento do peso relativo dos grupos referentes às idades mais avançadas.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

O envelhecimento da população no Baixo Jequitinhonha pode ser observado também através do Gráfico 3.2. Nota-se que a taxa de crescimento populacional anual dos grupos de 0 a 14 anos de idade é negativa. Além disso, verifica-se que as maiores taxas de crescimento populacional se referem aos grupos de idades mais avançadas.



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Com relação ao grupo de 25 a 29 anos de idade, observa-se, assim como nas demais microrregiões do Vale do Jequitinhonha, que sua taxa de crescimento anual é negativa. Sugere-se que isso se deva à emigração, uma vez que, aliada ao fato de que esta faixa etária corresponde a um período no qual há uma maior

propensão a migrar (já que as pessoas dessa idade se encontram em pleno período reprodutivo e “produtivo”), a emigração é uma forte marca do Vale do Jequitinhonha.

Adicionalmente, de forma distinta ao que ocorre nas demais microrregiões do Vale do Jequitinhonha, o Baixo Jequitinhonha apresenta uma taxa de crescimento anual negativa para a população total (-0,20% a.a.).

Partindo para a análise dos indicadores sociodemográficos do Baixo Jequitinhonha (Tabela 3), observa-se que mais de 46% da população de 15 anos ou mais de idade era analfabeta em 1991, ao passo que este percentual não chega a 33% em 2000. Quanto aos anos de estudo, a população de 25 a 64 anos apresentou, em média, 2,4 e 3,63 anos de estudo em 1991 e 2000, respectivamente.

No que se refere aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), o Baixo Jequitinhonha apresenta os menores valores em relação às demais microrregiões do Vale. Ademais, observa-se, entre 1991 e 2000, uma melhora em todos os IDHs. Com relação ao IDH renda, verifica-se que em 2000, além deste ser o menor índice (0,54) em relação ao IDH educação (0,69) e ao IDH longevidade (0,66), este foi o IDH que apresentou o menor aumento entre 1991 e 2000.

Tabela 3: Indicadores sociodemográficos – Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	46,25	32,73
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,36	3,63
Índice de Desenvolvimento Humano		
Geral	0,53	0,63
Educação	0,50	0,69
Longevidade	0,60	0,66
Renda	0,49	0,54
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	54,54	49,19
Taxa de mortalidade na infância (por mil)	83,99	53,72
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,77	64,33
Porcentagem da população negra (pretos e pardos)	76,98	68,25
Porcentagem da população na área rural	38,72	30,17

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Ao analisar a taxa de mortalidade infantil, importante indicador da qualidade de vida de uma população, observa-se que, embora tenha se reduzido no período de 1991 a 2000, a taxa de mortalidade infantil permanece alta (49‰ em 2000) no Baixo Jequitinhonha. Pode-se dizer o mesmo com relação à taxa de mortalidade na infância. Ressalta-se, entretanto, que a redução da taxa de mortalidade na infância no período de análise foi bastante significativa (de 84‰ em 1991 para

54‰ em 2000), principalmente, se comparada à redução observada na taxa de mortalidade infantil (de 54,5‰ em 1991 para 49‰ em 2000).

Também a esperança de vida ao nascer, assim como os demais indicadores sociodemográficos, apresentou uma melhora no período de 1991 a 2000. Em 1991, uma pessoa viveria 61 anos, em média, ao passo que, em 2000, a esperança de vida ao nascer aumentou para, aproximadamente, 64,5 anos.

Em relação à composição populacional, observa-se que, em 1991, 77% da população era negra, ao passo que, em 2000, este percentual cai para 68%. Cerca de 39% da população do Baixo Jequitinhonha reside na área rural, e, em 2000, este percentual se reduz em, aproximadamente, 9 pontos percentuais.

4. Síntese do diagnóstico

A implementação de programas específicos de desenvolvimento integrado exige uma análise prévia das carências da região, assim como das necessidades específicas das famílias e das comunidades em que elas vivem. Somente neste contexto pode-se identificar os agentes sociais capazes de viabilizar um projeto de desenvolvimento econômico e social integrado.

Do ponto de vista metodológico, o diagnóstico baseia-se no cruzamento das informações de natureza quantitativa e qualitativa para a identificação dos agentes

sociais transformadores capazes de implementar, de forma contínua, as ações visando a atenuação dos fatores de expulsão da população e de sua inserção no setor produtivo regional, em um contexto de um Programa de Desenvolvimento Integrado para a região, a ser desenvolvido com participação e administração dos agentes sociais e entidades civis locais.

Entrevistas em profundidade, estruturadas e semi-estruturadas, grupos focais, e fóruns de discussão, são alguns exemplos de fontes de dados de natureza qualitativa explorados no estudo.

O delineamento das potencialidades da região, dos pontos de estrangulamento que dificultam a exploração de tais potencialidades, as condições de vida da população, as formas específicas de organização da sociedade, assim como diagnósticos e perspectivas de desenvolvimento regional, são todos cotejados não apenas através da leitura e análise de dados globais, secundários, mas também, e principalmente, com base na percepção dos próprios moradores da região. Com isso, busca-se adequar ações e planejamento, visando o desenvolvimento regional, de dentro da região, e com a participação da população da região em todas as etapas desse processo, ou seja, desde a concepção e gestão até a efetiva integração nas atividades indutoras de desenvolvimento local. Isso, é claro, passa pelo investimento na formação de recursos humanos da região, tanto no plano da gestão administrativa quanto produtiva.

Uma das motivações para a implementação de abordagem que busca integrar metodologias quantitativas e qualitativas enraíza-se na necessidade de descrever a realidade do Vale do Jequitinhonha e dos determinantes dos seus diversos processos e fluxos migratórios a partir de uma integração de aspectos macro e micro desta realidade. Os aspectos macro, focalizados com base em dados secundários, determinam a interação da economia do Vale com a economia mineira e brasileira, assim como determinam as instituições de dominação e controle do Vale que bloqueiam o processo de desenvolvimento da região. Os aspectos micro, cuja avaliação ancora-se em dados primários, de cunho qualitativo, referem-se às estratégias de vida das famílias, que englobam aspectos demográficos (migração, fecundidade e mortalidade), a produção agrícola familiar, e as perspectivas dos indivíduos atuarem como agentes sociais de transformação da realidade, individualmente ou em entidades como os sindicatos, associações de classe e as comunidades de base.

Assim, o delineamento das potencialidades da região, dos pontos de estrangulamento que dificultam a exploração de tais potencialidades, as condições de vida da população, as formas específicas de organização da sociedade no Vale, assim como diagnósticos e perspectivas de desenvolvimento regional, são todos cotejados não apenas através da leitura e análise de dados globais, secundários, mas também, e principalmente, com base na percepção dos próprios moradores da região. Com isso, busca-se adequar ações e planejamento, visando o desenvolvimento regional, de dentro da região, e com a participação da

população da região em todas as etapas desse processo, ou seja, desde a concepção e gestão até a efetiva integração nas atividades indutoras de desenvolvimento local.

4.1 Evolução histórica da economia da região

As atividades econômicas do Vale do Jequitinhonha foram, primeiramente, o extrativismo mineral e a produção algodoeira. O século XVIII foi marcado pela exploração mineral sem retorno para a região, ao passo que no século XIX o predomínio foi da economia agropastoril com baixo nível técnico e pouco rentável, pecuária extensiva e algodão e semi-isolamento.

O século XX tem se destacado pela incorporação crescente do capitalismo agrário, pelo avanço da pecuária, reflorestamento e cafeicultura, assim como pelo reflorestamento, com apoio do Estado e envolvimento de empresas do setor siderúrgico e da indústria do papel. Tem havido, também, expansão da plantação do eucalipto, com valorização das terras (ilusão monetária), e ampliação da infraestrutura (energia elétrica, sistema viário e comunicações), que possibilitam rompimento com o isolamento. Além disso, houve o estabelecimento de órgãos ligados à agropecuária, a instalação de bancos oficiais, favorecendo maior produtividade e rentabilidade, e a desintegração da pequena produção e êxodo rural, com mudança na estrutura da propriedade, posse da terra (documentação), legislação trabalhista e assalariamento da força de trabalho.

4.2 Situação atual

O Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais ricas em minérios em todo o Brasil, com destaque para a presença de berilo, cassiterita, feldspato, lítio, água-marinha, nióbio, turmalina, ouro e diamante. Economicamente, a agricultura familiar é a principal atividade da maioria dos municípios do Vale. Os rios que banham a região possuem regime de fluxos intermitentes, exigindo a ação do governo na implantação de barragens de perenização. Os solos geralmente possuem baixa fertilidade, além de aptidão restrita para pastagens.

Um dos destaques da região é o incremento e valorização do artesanato, ainda produzido e comercializado em bases econômicas e empresariais arcaicas. Verifica-se também o surgimento e ampliação de atividades ligadas à indústria moveleira e o crescimento de atividades ligadas à fruticultura (beneficiamento e comercialização).

Há pelo menos 30 anos, o crescimento populacional permanece inferior a 1% ao ano, em razão da emigração e, mais recentemente, da redução da taxa de fecundidade. O Vale do Jequitinhonha também é marcado por apresentar alto índice de analfabetismo, tratamento da água para abastecimento público precário ou insatisfatório e ausência de rede esgoto adequada na maioria dos municípios, mesmo nas áreas urbanas.

A fim de amenizar a situação precária que, em geral, caracteriza o cenário socioeconômico do Vale do Jequitinhonha podem ser arroladas as seguintes demandas, aqui apresentadas agregadas por setores produtivos.

4.3 Perspectivas: agroindústria

- Armazenamento e comercialização da produção;
- Fortalecimento e consolidação das feiras locais;
- Melhoria do cultivo de frutas regionais;
- Capacitação técnica: gerenciamento, manejo e diversificação;
- Infraestrutura rural: maquinário, sistemas de irrigação, eletrificação, implementos agrícolas;
- Beneficiamento da produção;
- Transportes: veículos e malha viária.

Aqui, por exemplo, tem um caminhão que ajuda muito... tem o trator que é para arar a terra do pessoal e tal. Só que... acontece, com um ou dois tratores, quer dizer, com três, só que só dois funcionam, e aí, no momento, só um tá funcionando, aí num dá tempo, entendeu? Um trator pra atender todas as comunidades. Na mesma maneira é o caminhão que é pra ajudar. Num atende, é um

caminhão só pra cidade inteira. São várias comunidades rurais, aí num dá pra atender todo mundo. Isso aí atrapalha muito. Fica muita gente prejudicada. Tem gente que quer puxar a cana... senão... que tem gente que quer arar a terra porque tá vindo a chuva, tá vindo uma coisa e outra, num dá tempo de atender todo mundo. Aí, saí prejudicado. (EMATER).

É porque a comercialização, principalmente do café, ela é feita, principalmente dos pequenos produtores, dos agricultores familiares, ela feita através de atravessadores e que pagam um preço também bem abaixo do que eles conseguem lá fora. E... talvez se tivesse uma estrutura, que proporcionasse que esses agricultores podem comercializar essa produção direta dos compradores, cooperativa... ou... associação desse tipo, que realiza esse tipo de trabalho, é... melhoraria a remuneração desses produtores, porque... eles ficam à mercê mesmo, né? Dessas... comercialização, porque não tem uma infraestrutura de comercialização na região, né? Não é só no município não, é em toda a região. Então, talvez, a estrutura pra... melhorar esse canal de comercialização seria... (Membro da comunidade).

4.4 Perspectivas: indústria e artesanato

- Criação de pontos fixos de venda dentro e fora da região;
- Aprimoramento da capacidade técnica;
- Técnicas de gerenciamento;

- Acesso a programas de fomento;
- Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos;
- Formação, treinamento e qualificação de mão-de-obra;
- Formação de preços e estratégias de marketing e comercialização.

Ah! Eu acho que dá pra, para... aproveitando a nossa conversa aí, essa pesquisa suas é uma forma de ajudar, né? Eu acho que deveria ter uns, uns cursos de capacitação na área rural, mas voltado pra família, uma família rural. Igual, por exemplo, aqui foi criada uma faculdade aqui, tá tendo uma faculdade. O sindicato, o trabalhador tá buscando, conseguir uma faculdade pra aqui, só que os cursos não têm nada a ver com a área rural. É uma faculdade voltada para a área rural, mas o curso que tem lá... num tem nada a ver, que é... fala matemática, é... é o quê? É letras, pedagogia. Esses cursos aí em área rural vai aproveitado em que? (Sindicato Trabalhadores Rurais).

A prefeitura tá até já assim... um projeto em andamento que seria, via SENAR, trazer aqueles cursos de... inseminação artificial, alguma coisa do tipo, voltado pra zona rural, pros filhos dos pequenos agricultura, porque já foi adquirido, via..., alguns botijões de sêmen pra tá inseminando esse rebanho... desses produtores, pra melhorar a qualidade de leite, a quantidade, né? Então, é que eu acredito que são cursos dessa natureza é que vai melhorar a renda e... pra melhorar a renda e a... qualidade de vida dos pequenos produtores. Então, cursos voltados específicos pra área rural (Câmara Municipal).

4.5 Perspectivas: resumo consolidado

- Programa integrado de qualificação profissional associado à educação de jovens e adultos: programas de educação continuada;
- Incubadora de cooperativas populares;
- Capacitação e qualificação de administradores municipais;
- Restauração e preservação do patrimônio cultural;
- Recomposição de nascentes e preservação da flora regional;
- Recuperação e controle de áreas de degradação ambiental;
- Estabelecimento dos direitos minerários e tributários e elaboração de legislação minerária específica para a região, em consonância com as legislações federal e estadual;
- Apoio e elaboração de projetos de engenharia sanitária e ambiental;
- Elaboração e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Apoio e elaboração de planos municipais setoriais;
- Acompanhamento e avaliação de ações, projetos e programas

Olha, é assim... é, é até um pouco difícil, porque, veja bem... se, seu aprendo a mexer com computador, mas eu não tenho computador, eu não tenho trabalho, com certeza isso não vai me servir. Eu vou ficar com muito disso na minha mente. O quê que eu acho? Eu acho que os governos deveriam investir mais em cursos profissionalizantes, meios e condições pros jovens, principalmente os jovens, começar logo em seguida trabalhando. Até... fazer o curso e já trabalhar. Eu acho que deveria ser assim, porque não adianta você chegar aqui, não adianta chega é, é... você chegar aqui e vim dar um curso, vamos dizer de... mexer com doces de frutas e etc. Mas, aqui num planta fruta. Eu vou aprender esse curso e não vou produzir nada, né? Não vou, não vai atender as minhas necessidades (Sindicato Trabalhadores Rurais).

Talvez cursos que fossem... é... mais ligado a essa, essa questão de o... da produção agrícola, né? Mesmo que fosse ligado também a pecuária. Pra ajudar as pessoas até incentivar as pessoas a trabalhar nessa área. E até mesmo como... é como apoio aos... aos que querem produzir, né? Mas, especificamente talvez um, um... na área de... agronomia, sei lá, qualquer coisa assim (Padre).

Hoje o município gira em torno da agricultura. Agricultura familiar. E essa agricultura seria hoje a fabricação de cachaças. E eu acho que essa qualificação seria importante, uma ajuda do próprio governo ou cooperativas e instruindo também os jovens a... a tá se qualificando é... e também transformando o trabalho digno através da agricultura, transformando um trabalho digno. De um curso, por exemplo, o... o mercado é... externo, esse produtos, que a cachaça hoje tem um grande valor fora do Brasil, e... se qualificando, produzindo em grande, em

larga escala é... acho que seria essa.... Porque esse curso também é... qualificação dos próprios produtores aproveitar a matéria-prima, porque muita das vezes eles desperdiçam. (Conselho Tutelar).

Oh, o principal problema na agropecuária não só aqui mas pra todo país, o maior problema que nós temos no Brasil é o homem que está na terra hoje não ser preparado para administrar a propriedade agrícola. A maioria são leigos, 99% são leigos da área, e como a gente sabe né? Cada macaco no seu galho. Se me puser para tomar lá da igreja, eu não sei nada de igreja, se me puser pra tomar do outro lá no hospital eu não sei nada de hospital, né? Se me puser dentro de uma farmácia é a mesma coisa. Então, cada atividade o cara tem que tá preparado pra ela e o problema da agricultura no Brasil, é a falta de preparo do homem que está na terra (Sindicato Trabalhadores Rurais).

Eu acho que aqui, realmente aqui tá faltando, é... um curso de corte e costura, que nem que a pessoa pague o trabalho que faz, que possa ter o direito de participar. Um curso assim mais... para que a pessoa possa se auto-desenvolver, ou que forme uma associação pra desenvolver, porque aqui num tem, por exemplo, o cabeleireiro, aqui tem algumas pessoas que cortam cabelo de mulher. Tem... homens que cortam cabelo de homens, mas, assim, num, num existe assim... Num tem um salão. Então assim, falta cursos profissionalizantes, é... falta mais incentivo e assim tem... uma coisa mais aberta pra... a quem interessa participar (AAA).

É... eu agradeço a você também. E estimo que o trabalho de vocês tenham bastante êxito e, e que traga... traga novos alentos, vocês jovens é que tem que mudar esse

país. Não são nós, os mais antigos não. Tem que ser os novos. E acreditar, lutar e não deixar como a gente falou. Vamos lutar para eles aqui mudar e ser um país bom pra todos nós, pra pretos, negros, índios, né? Pra todo mundo. E ninguém ir pra... Estados Unidos, Inglaterra, ser assassinado. Pra não acontecer nada disso. Pra ficar todo no país, porque o nosso país é bom, né? (Radialista).

Olha, eu costumo dizer, eu já disse isso para alguns... alguns políticos daqui, né? Da região. E outras lideranças, que... é preciso ir mais ao povo. Sobretudo o pessoal que tá mais... nas roças, nos córregos escutar um pouquinho mais as aspirações desse povo. E... primeiro para não perder, não deixar o povo perder a esperança. Depois para garantir o pouco que ainda tem. E além disso de buscar formas alternativas de organização, ou seja, através de associação, cooperativas, para que os pequenos produtores possam ter força, né? Unindo-se a outros para poder então produzir melhor e garantir condições para poder viver, né? E viver com mais dignidade (Padre).

Então, eu penso que é preciso, na minha opinião, é preciso fazer surgir projetos alternativos, mas, na base, vindos do próprio povo, das aspirações do povo, certo? Deixando um pouco de... essa tentativa de trazer, fazer ou querer que os projetos venham de fora, né? Sejam implantados simplesmente. Mas, que eles possam ser, possam surgir a partir da, da própria aspiração do povo, né? Por isso que é preciso ter paciência e pessoas disponíveis para escutar, reunir e estudar essas realidades com o povo e quem sabe a partir daí encontrar caminhos alternativos, né? (Padre).

5. Análise conclusiva

O Vale do Jequitinhonha é extremamente carente de uma infraestrutura funcional e de recursos humanos. Por infraestrutura refere-se aqui à falta de condições adequadas ao desenvolvimento social e econômico de toda a região.

Assim, de maneira geral, constatou-se a ausência de um sistema eficiente de distribuição de água e saneamento básico; um sistema integrado de transporte rodoviário que dê suporte à produção agropecuária de pequenos e médios produtores, especialmente; falta de um sistema de saúde pública adequado às necessidades da população em geral; ausência de programas que forneçam boa qualificação profissional, além da falta de um sistema de ensino superior que possa absorver a demanda de jovens em toda região; e, finalmente, a deficiência crítica quanto à formação qualificada e especializada de recursos humanos capazes de ampliar a produção e desenvolvimento do mercado de trabalho e consumidor de toda a região.

Sem dúvida, a falta d'água é um problema que atinge todo o Vale do Jequitinhonha, e limita o desenvolvimento, especialmente das pequenas e médias propriedades agrícolas, além de possíveis projetos industriais (é preciso dizer que o beneficiamento proporcionado pela Barragem de Irapé não deve resolver todos

os problemas de eletrificação, especialmente o possível suporte de plantas industriais, pois seu âmbito é restrito e não atinge todos os municípios componentes da região). Contudo, segundo relatos em diversos municípios, de pequenos agricultores a técnicos da EMATER e representantes das secretarias municipais, o problema da água muitas vezes não se deve à sua inexistência, mas à impossibilidade prática de sua utilização segura e econômica – seja pela falta de incentivos fiscais e técnicos apropriados à exploração da água (através da irrigação, por exemplo), seja pelo simples desconhecimento por parte dos agricultores de como utilizar adequadamente a água disponível. Apenas no município de Itinga falou-se declaradamente sobre um problema crônico da água (e, mesmo assim, restrito a uma parte específica do município ocupada por comunidades pobres).

A estrutura de estradas e conexões rodoviárias, além dos canais de comunicação entre as cidades que compõem o Vale do Jequitinhonha, das cidades e suas diversas comunidades e vilas rurais, e de todas essas com o resto do estado de Minas Gerais, constitui-se um fator crônico de limitação para o desenvolvimento, especialmente da produção agrícola e pequena indústria. Esta situação atinge de maneira brutal principalmente os pequenos produtores rurais que, não podendo contar com o apoio das prefeituras, encontram-se ainda mais afastados dos centros urbanizados e, conseqüentemente, do mercado consumidor local.

Embora a educação básica tenha registrado melhoria significativa em todos os municípios da região nos últimos anos, constata-se um grande descompasso na

formação educacional de jovens e no seu real aproveitamento no mercado de trabalho local. A emigração de jovens ainda é um forte evento catalisador no ciclo de vida dos indivíduos da região, e expõe toda a fragilidade do sistema de desenvolvimento regional, incapaz de absorver a mão-de-obra da população local (na sua grande maioria de baixa qualificação profissional). Constatou-se a ausência de ensino profissionalizante (escolas técnicas) e também de um sistema de ensino superior adequado às demandas regionais para a qualificação profissional.

5.1 Potenciais para desenvolvimento

O Vale do Jequitinhonha possui qualidades diversas quanto aos recursos naturais e humanos, que são, em geral, pouco explorados ou explorados de maneira inadequada. Cada município, em sua particularidade, tem a possibilidade de explorar apropriadamente os recursos de que dispõem.

Por exemplo, a sub-região composta pelas cidades de Araçuaí, Itinga, Itaobim, Medina, Comercinho e Cachoeira do Pajeú forma um polo de extração mineral que, aproveitado com infraestrutura adequada, poderia constituir um parque industrial derivado da extração de granito e outras rochas comercializáveis (além das pedras preciosas), bem como a produção em pequena e média escala de artesanato com pedras e minerais.

Em diversas cidades, como Virgem da Lapa, Berilo, Francisco Badaró e Cachoeira do Pajeú, por exemplo, constatou-se a existência de potencial para o desenvolvimento autossustentado de uma indústria do “turismo de aventura” ou ecoturismo. Em outras cidades, como Itaobim, Araçuaí, Jenipapo de Minas, Padre Paraíso, há grande potencial para o estabelecimento de uma rica agroindústria, especialmente sustentada pela produção de frutas tropicais e seus derivados.

Durante o trabalho de campo, quando as perguntas referiram-se a esses potenciais de produção da região, da justificativa para não serem aproveitados adequadamente, as respostas convencionais recorrentes salientavam a falta de investimento e apoio das instituições públicas. Entretanto, numa investigação mais profunda, percebeu-se também que grande parte do investimento feito na região não resolveu as maiores carências, como formação de recursos humanos e infraestrutura básica.

Constatou-se que não há, até agora, a coordenação dos investimentos em um projeto integrado de políticas públicas. Desse modo, os investimentos em uma área não se multiplicam e, muitas vezes, não conseguem resolver o problema localizado a que foram destinados.

Em princípio, uma forma de garantir um melhor aproveitamento dos investimentos na região seria através da qualificação profissional dos trabalhadores locais. A demanda pela qualificação pode ser observada em diversas áreas, mas principalmente nos setores da indústria de alimentos (agroindústria), extrativismo

mineral (especialmente granito), artesanato com argila e barro, pedras preciosas e madeira, e turismo ecológico.

É interessante observar a história dos cursos profissionalizantes em toda a região, pois alguns programas de profissionalização foram bem sucedidos, mas outros falharam e deixaram a impressão nas comunidades de que os cursos são ineficientes e desnecessários. Pelo que foi constatado em diversos municípios, o sucesso dos cursos profissionalizantes, independente da área profissional, parece fortemente associado à participação ativa da comunidade local e ao arranjo dos cursos com todas as pontas do processo de produção e consumo.

Assim, os cursos bem sucedidos no âmbito da pequena indústria da caprinocultura (desenvolvida nos últimos anos no município de Ponto dos Volantes), contam com o apoio e participação ativa das comunidades rurais (famílias da zona rural que se inscrevem e participam de todo o processo, desde a frequência nos cursos de formação até na administração da produção, parcialmente individual e coletiva, e comercialização do produto final), que aprendem não apenas habilidades técnicas para uma determinada linha de produção, mas também desenvolvem habilidades específicas de gerenciamento e planejamento.

Além disso, como no caso de Ponto dos Volantes, as cooperativas e organizações coletivas criadas a partir do desenvolvimento local da produção (apoiadas pelos programas de formação profissional), também estão integradas aos projetos de

financiamento e incentivos de parcerias com instituições públicas e privadas que garantem suporte às demandas de infraestrutura.

Por outro lado, naquelas experiências que não foram bem sucedidas, verificou-se entre os principais motivos a falta de participação ativa da comunidade, a falta de integração dos diversos projetos com as entidades locais, e a ausência de um planejamento conjunto com a comunidade local e as entidades que promovem os cursos profissionalizantes.

Casos relatados mais de uma vez e em diferentes municípios, como Itinga e Coronel Murta, onde há grande potencial para exploração de minerais, dão conta de programas de formação profissional anteriores que não foram bem sucedidos.

Segundo os informantes, os projetos previam o ensino técnico que desenvolvesse habilidades específicas para a lapidação de pedras preciosas e, eventualmente, técnicas de designer para o desenvolvimento de artesanato de alta qualidade. Contudo, após a realização dos cursos técnicos, os jovens que não encontravam emprego na própria região foram, em grande parte, resgatados pelas empresas na região de Teófilo Otoni. Aqueles jovens que não migraram e não foram absorvidos pelas empresas extrativistas (na sua maioria “empresas de fora”) retornaram ao mercado de mão-de-obra não qualificada.

Talvez o maior problema de projetos mal planejados e aplicados como esses seja a impressão negativa deixada nas comunidades da região. De fato, observou-se que a possibilidade de cursos de qualificação é vista com grande receio por parte

da população, como algo que pode levar esperança mas não se concretizar. Daí porque projetos bem sucedidos em algumas regiões (como os caprinos em Ponto dos Volantes) encontrem resistência quando tentados em outros municípios (como ocorrido em Jenipapo de Minas).

Em linhas gerais, os cursos profissionalizantes mais adequados ao desenvolvimento socioeconômico da região seriam aqueles ligados aos seguintes setores:

- Agroindústria: técnicas de beneficiamento de frutas; laticínios (derivados da bovinocultura e caprinocultura); panificação e confeitaria (empreendimento bem sucedido em Ponto dos Volantes e Itinga);
- Extrativismo mineral: técnicas de extração do granito e beneficiamento de minerais (os minerais não são beneficiadas na região, e são comercializadas em estado bruto, limitando o preço das pedras);
- Artesanato: cursos específicos de ourivesaria, carpintaria, tapeçaria e couro; técnicas de escultura em argila e barro e pintura;
- Turismo ecológico: cursos para formação de guias turísticos, hotelaria e promotores culturais.

Deve-se ressaltar também a necessidade de formação técnica qualificada de quadros para suprimento das instituições públicas (especialmente prefeituras e cooperativas de pequenos produtores e trabalhadores) e pequenas empresas particulares (desde o pequeno comércio local à indústria de médio porte como as

indústrias de extração de granito). Um exemplo é a formação de quadros técnicos, por meio de cursos de contabilidade, informática e empreendedorismo.

5.2 Por que as políticas não dão certo no Jequitinhonha

Percebe-se que a impermeabilidade do alto Jequitinhonha a essas políticas (políticas públicas compensatórias para integrar o Jequitinhonha ao conjunto do estado) deve-se em grande parte à sua formulação genérica, que tem desconsiderado sistematicamente as singularidades da história, do ambiente, dos sistemas produtivos e da lógica específica de reprodução social das coletividades (em especial das famílias de trabalhadores rurais).

Por exemplo, a cultura local se fortalece à medida que a ação *modernizadora* pública e privada esbarra em suas próprias limitações, e assim as condições de vida e produção da região tendem a se reproduzir indefinidamente numa espécie de isolamento e aversão à lógica prática do poder público responsável pelos grandes projetos de desenvolvimento em âmbito nacional.

As alternativas à persistência desta situação passam necessariamente pela incorporação da *tradicionalidade* às propostas de ação públicas e privadas, promovidas essencialmente pelas próprias coletividades. Isto é, um voto de confiança para o auto determinismo das comunidades regionais se configura como necessidade primordial para o desenvolvimento de políticas adequadas e eficazes

às demandas locais. Isto poderia ser concretizado por meio de mudanças globais no estilo das ações políticas e sociais que implementam as políticas públicas, e deveriam partir exatamente das experiências regionais.

O Vale do Jequitinhonha desafia os mineiros desde, pelo menos, os anos 1970. Nessa época começou-se a perceber as grandes diferenças – em termos de PIB, renda, alfabetização, saúde, etc. – entre os indicadores do Vale e das demais regiões de Minas Gerais. Isto conduziu a uma estigmatização do Vale do Jequitinhonha, que passou a ser concebido como o lugar da pobreza e abandono, como ilustram e autorizam os discursos locais (de diversos atores sociais, de autoridades a cidadãos marginalizados das áreas rurais) correspondentes ao discurso acadêmico e político-oficial do poder público externo (e ausente) que classifica, ordena e atribui as desvantagens naturalizadas do subdesenvolvimento.

Tais discursos sobre o desenvolvimento (tanto daqueles que determinam sua definição formal, fria e científica, quanto daqueles que a adotam pelas pressões demandadas no campo de relações assimétricas e invisíveis) instituíram desde muito tempo o “fazer” administrativo dessas regiões assoladas pela ausência de um estado capaz de compreender as demandas sob o “olhar” do outro.

Deste modo, o *atraso* e a *carência* tornaram-se, por um lado, o objetivo das políticas compensatórias e dos programas públicos de combate à pobreza e, por outro lado, legitimaram a vulnerabilidade a que tais comunidades deslocadas

estão submetidas. Em outras palavras, o atraso e a carência se justificam plenamente no bojo de políticas sociais que deveriam exterminá-los.

Porém, os resultados concretos desses estigmas, discursos e programas públicos têm sido escassos. Ou melhor, têm contribuído, talvez, mais para o fracasso e distanciamento do desenvolvimento do que sua real implementação na região.

Dos anos 1970 a 2000 o Vale do Jequitinhonha recebeu políticas de desenvolvimento rural e elevação de rendas. A cada um dos ciclos de secas que afligem a região, a cada mudança de governo do estado ou às vezes do país, novas propostas são feitas, novas ações são ensaiadas e, apesar das intenções que muitas vezes efetivamente são as melhores, os indicadores regionais permanecem, em termos relativos, quase que exatamente os mesmos.

Um costume frequente na formulação de políticas de desenvolvimento e combate à pobreza é considerar que todas as assim denominadas *regiões carentes* têm problemas iguais, como a baixa renda, e que, portanto, as políticas formuladas para um caso podem ser indefinidamente replicadas para os outros.

São feitos desenhos simples para casos muito diversificados e complexos, e tais desenhos não consideram as características locais, culturais e territoriais, mas apenas os macro indicadores comuns (PIB per capita, taxa de analfabetismo, saneamento básico, etc.).

Apesar de todos os alertas que as populações locais fazem sobre sua especificidade, apesar de quase toda a literatura sobre o assunto insistir nas peculiaridades de cada local, o procedimento frequente nas ações públicas e privadas de desenvolvimento tem sido considerar iguais todos os pobres e mensurá-los por meio de ferramentas universais.

Mesmo a concentração da terra, que é comum a todas as regiões, tem matizes e sutilezas micro locais que tornam uma política comum impossível. E nem sempre as ações conseguem superar os limites das perspectivas e componente municipalistas, cujas expressões personalistas no plano da política local têm marcado quase todas as iniciativas.

Em geral, as populações se encontram atreladas a um aparato político-administrativo que exclui, por definição estatutária e burocrática (dado que os arranjos institucionais correspondem a uma estrutura de dominação legitimada pelo estado ausente e reticente em relação aos mais pobres e excluídos dos grandes projetos nacionais), a maior parte das comunidades, isolando-as em sua condição de vida vulnerável e perpétua.

Portanto, outro aspecto fundamental na formulação dessas políticas deve ser a valorização das técnicas, culturas e os saberes locais em todas as ações e em todas as dimensões políticas. Essa é, sem dúvida, a forma mais eficaz para cimentar o desenvolvimento e uma identidade capazes de motivar a participação da população na construção de programas e propostas.

O mais frequente no caso do Vale do Jequitinhonha é pensá-lo pela ausência, pelo que não tem e que se acredita que seria necessário ter. Esta falta de apreço pela população local é provocada, em parte, pela predominância cultural dos sistemas agrícolas intensivos, que os concebe como alternativa única de desenvolvimento rural: quase 30 anos depois da revolução verde o paradigma de desenvolvimento rural permanece imutável.

Em parte, também, é provocado pela invisibilidade – técnica e cultural – dos manejos agroextrativistas, que são diluídos no espaço e tempo do rural, em meio a sistemas produtivos infinitamente mais complexos que aqueles intensivos em capital e recursos materiais.

Algumas organizações locais têm se empenhando em *melhorar* sistemas produtivos locais, em vez de simplesmente modifica-los. Mas não são apenas os aspectos ambientais que se relacionam à produção e culturas locais. As feiras, espaços de comercialização organizados pelas prefeituras municipais e restritas à participação de agricultores familiares como vendedores, são notáveis oportunidades de elevar a renda rural, abastecer as cidades e dinamizar a economia urbana.

Um capítulo importante de políticas a serem pensadas para o Vale do Jequitinhonha diz respeito ao ambiente. Os supostos agricultores *rústicos* da região têm conseguido conservar e melhorar recursos num meio frequentemente

considerados adversos, como é o cerrado, quando se acredita que a maior riqueza resulte exatamente da sua devastação.

Em geral, as experiências de levar produtos excedentes ou artesanais da região para outros mercados não têm sido muito boas. Os dois casos mais recorrentemente citados, *Mão de Minas* e *Armazém da Roça*, são experiências mal avaliadas pelos participantes, embora os problemas não estejam nas organizações, mas no modelo, no formato da experiência que envolvem consignação e períodos demorados de prestação de contas.

Outras experiências que existem na região deveriam merecer mais atenção, como o extraordinário resultado das Escolas Famílias-Agrícola, os programas de valorização das práticas produtivas locais, as hortas medicinais, as grandes redes de raizeiros e curadores que são expoentes de um delicado conhecimento do meio.

No início dos anos 1990 a universalização dos direitos previdenciários estendeu a todo o Vale do Jequitinhonha – uma região que teve a população envelhecida em termos relativos, tanto pela emigração de jovens quanto pela imigração, de retorno, de idosos – os benefícios das aposentadorias e pensões rurais.

As políticas públicas universalizantes, como aposentadorias, pensões e bolsas, apesar de serem modestas em termos de repasses de fundos, apresentaram notáveis efeitos locais sobre a renda e a produção. Isso ocorreu, em grande parte,

porque elas possibilitaram um capital um pouco mais líquido para uma população que tem terra para plantar e quase nenhum dinheiro para investir.

Essas políticas implicaram em investimentos produtivos e melhoria da qualidade de vida daqueles que têm aumento na sua renda monetária; por isso deram certo e deixaram de ser políticas compensatórias e se tornaram quase políticas produtivas.

5.3 Conclusões para políticas públicas

Para uma breve conclusão, pode-se dizer que o Vale do Jequitinhonha é carente de recursos humanos, capital e, em especial, de uma prática apropriada à reprodução social das organizações produtivas referentes à sociedade nacional, globalizada e incluída no mercado capitalista internacional (portanto, sociedade essa detentora do poder de atribuir e estabelecer as regras legítimas para aquilo que ela concebe como desenvolvimento).

Tais ausências, inclusive aquela praticada pelo estado nacional, poderiam ser minimizadas com a programação de políticas adequadas e incentivos sociais que vão desde os cursos técnicos e profissionalizantes adequados, às demandas e à realidade das comunidades locais, até mesmo às atividades cotidianas tradicionais incorporadas a uma dimensão global mas que respeite as diferenças próprias da região.

Portanto, como já foi defendido, as feiras, espaços de comercialização organizados pelas prefeituras municipais e restritas à participação de agricultores familiares como vendedores, são notáveis oportunidades de elevar a renda rural, abastecer as cidades e dinamizar a economia urbana. Nesse caso, é preciso colocar em relevo os discursos (falas) e os dados secundários que mostram a importância das feiras para essa economia regional e os entraves ao bom andamento dessas feiras.

O extraordinário resultado das Escolas Família-Agrícola, os programas de valorização das práticas produtivas locais, as hortas medicinais, as grandes redes de raizeiros e curadores que são expoentes de um delicado conhecimento do meio, também expressam o enorme potencial de bens materiais e simbólicos capazes de alimentar a reprodução social com grande vitalidade.

Se for pensado o papel da universidade nesse projeto de extensão e se for aceita como grande demanda dos moradores do Vale do Jequitinhonha a formação/qualificação de mão-de-obra, restaria pouca dúvida de que no plano do desenvolvimento, mais precisamente na formação de capital humano, a UFMG encontra a sua função precípua.

As políticas públicas universalizantes, como aposentadorias, pensões e bolsas, apesar de serem modestas em termos de repasses de fundos, apresentaram notáveis efeitos locais sobre a renda e a produção. No limite, deixando de lado todo o desejo intervencionista e paternalista, tanto do estado brasileiro quanto das

instituições públicas de ensino e seus agentes (como a UFMG e seus professores, alunos e funcionários), a política que se mostra mais apropriada é aquela que deixa aos indivíduos as decisões sobre o que fazer com os recursos que podem ser postos ao seu dispor.

Finalmente, os projetos de profissionalização deveriam ser amplos e integrados, utilizando o apoio ativo das comunidades locais, pois o sucesso dos projetos de desenvolvimento se deve, sobretudo, ao trabalho conjunto e coordenado com a população residente.

5.4 Conclusões finais

Este estudo se baseou nas informações coletadas através de trabalho de campo, realizado por uma equipe de pesquisadores ao longo de 2 anos na região do Vale do Jequitinhonha. Foram realizadas entrevistas em profundidade com residentes nas comunidades, assim como imersão na realidade social da região. Os trabalhos de campo foram realizados em dois momentos específicos: de outubro a dezembro de 2004 e 2005.

As informações se baseiam, portanto, fundamentalmente em entrevistas semiestruturadas e em profundidade, e também observações diretas. A metodologia das entrevistas pretendeu garantir flexibilidade e dinâmica à abordagem dos temas sobre desenvolvimento – através de um roteiro amplo e

flexível que permitiu a contextualização dos entrevistados e a ordenação específica das perguntas de acordo com cada situação estabelecida em campo e de acordo com as singularidades de cada entrevistado.

Os entrevistados foram escolhidos *in loco*, preferencialmente aqueles que expressavam alguma liderança dentro da comunidade, instituída formalmente (como os representantes políticos do município, das igrejas locais ou organizações sindicais) ou não (como aqueles indivíduos que concentram publicamente o respeito das pessoas e passam a ocupar uma posição social emblemática na comunidade).

Este tipo de abordagem garantiu a diversidade de entrevistados e suas respostas, além de possibilitar a percepção mais adequada das divergências quanto às demandas e expectativas de políticas de desenvolvimento para toda região.

Em linhas gerais, a partir do trabalho de campo, constatou-se que existem enormes diferenças quanto às necessidades e expectativas entre regiões frequentemente contíguas. Assim, o que se constitui como uma forte demanda social num local, pode ser completamente supérflua para outra comunidade a 30 km de distância.

Por outro lado, existem problemas que atingem o Vale do Jequitinhonha como um todo e, portanto, são constantes para todas as comunidades – como o problema da desnutrição infantil, da incapacidade de utilização adequada da água (por sua ausência ou pela incapacidade técnica em sua utilização na agricultura) e,

principalmente, a ausência de um mercado de trabalho e consumidor que se sustente internamente na região.

A demanda por cursos profissionalizantes, por exemplo, é real e generalizada para toda a região. Contudo, deve-se estar atento para as necessidades e expectativas de cada município e, dentro deles, regiões específicas como assentamentos rurais e comunidades isoladas que, com bastante frequência, não conseguem se expressar politicamente e lutar pelos seus direitos básicos de forma eficaz. Em muitos casos, as políticas públicas para o desenvolvimento devem estar articuladas ao nível local para a adequação das demandas coletivas e ofertas do poder público e do mercado globalizado.

Não basta promover cursos profissionalizantes (técnicos ou científicos) se a comunidade local não se articula econômica e socialmente a outras regiões do estado e do país e, deste modo, o dispêndio de recursos estratégicos não apenas se mostra ineficaz como, além disso, pode desencadear um processo de anomia profunda na comunidade local – como, por exemplo, a evasão populacional de jovens que ao adquirem qualificação profissional não podem ser absorvidos adequadamente pela sociedade regional e são obrigados a migrar, levando consigo o investimento inicial na região.

Diante desta realidade crítica, a proposição dos cursos profissionalizantes, em parceria com a UFMG, deveria corresponder às demandas mais básicas de uma parte dessa população excluída dos processos mais convencionais da

representação política. De uma maneira geral, após todo o trabalho de campo na região, pode-se concluir que a vida cotidiana das pessoas está muito mais representada pelas relações estabelecidas em suas comunidades originais (muitas vezes desconhecidas pelo poder público responsável), do que pelas instituições públicas representativas das coletividades – fato redundante nas entrevistas efetuadas com as populações locais.

Portanto, através do trabalho de campo percebeu-se que as demandas e expectativas das comunidades são, com frequência, desconhecidas pelo poder público. Esse fato incentivou o trabalho diretamente com as comunidades e seus representantes mais ativos em uma política cotidiana e comunitária. Assim, o trabalho de campo forneceu a base para compreensão das necessidades e expectativas das pessoas comuns segundo elas mesmas.

Em princípio, os cursos profissionalizantes se justificam pela demanda concreta encontrada entre os habitantes da região, e também como uma possível solução para o desenvolvimento regional e a integração social e econômica de grande parte das comunidades, ainda excluídas. Sem dúvida, esses cursos podem contribuir não apenas para a melhor formação técnica de profissionais e consolidação de um mercado de trabalho e consumidor na região.

De fato, constatou-se que a melhoria da qualidade de vida que pode ser alcançada com projetos como os cursos profissionalizantes diz respeito principalmente ao desenvolvimento da coletividade como organização humana

autônoma e autossustentável, lugar onde as pessoas estão presentes e se relacionam através de princípios e valores compartilhados socialmente.

Contudo, deve-se observar os problemas que atuam não apenas no nível regional, mas também aqueles que possuem natureza eminentemente local e, assim, restritos à realidade das comunidades locais. Em linhas gerais, as alternativas de políticas públicas deveriam respeitar estas particularidades que facilitam ou não o desenvolvimento regional efetivo. Em muitos casos, a alternativa dos cursos profissionalizantes não seria suficiente para o fomento do desenvolvimento sustentável em determinados municípios e, principalmente, na região como um todo – muito mais dependente da articulação equilibrada entre as diversas variáveis e especificidades que influenciam o desenvolvimento regional.

6. Bibliografia

CARVALHO, J. A.; SAWYER, D. & RODRIGUES R. N.. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte, ABEP, Série Textos Didáticos, 2ª edição, 1998.

CORAGGIO, J. L. **Territorios en transición: critica a la planificación regional en America Latina**. Quito: Centro de Investigaciones CIUDAD, 1988. Sobre la espacialidad social y el concepto de region. p.17-61.

DEGENNE, Alan, FORSÉ, Michel. **Introducing social networks**. London: SAGE, 1999. 248p.

DINIZ, Clélio Campolina. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil.** Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20168.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando la cuestión regional brasileña: tendencias, desafíos y caminos. **Revista Eure**, vol XXIX, n 88, p 29-53, Santiago: Chile, diciembre 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** São Paulo: Zahar, 1985.

FAZITO, Dimitri. **Sobre o papel do capital social na migração.** Belo Horizonte, 2003. (Mimeogr.).

FILHO, Renato de Souza. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** Disponível em <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. Acesso em 19 de abril de 2005.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, Alceu. **Entendendo a crise econômica mundial.** Disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/0218.htm> Acesso em: 3 julho 2006.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GUATARRI, Felix. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade.** Espaço e Debates, São Paulo, v.5, n.16, p.109-120, 1985.

HAMMEL, E. A. Theory of culture for demography. **Population and Development Review**, 16, n.3, p.455-485, Sept. 1990.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLÜVER, Jürgen, SCHMIDT, Jörn. **Topology, metric and dynamics of social systems.** 1999. Disponível em: <http://www.soc.surrey.ac.uk/JASSS/2/3/7.html>. Acesso em: 20 nov. 2001.

KUZNETS, Simon, THOMAS, Dorothy Swaine (Eds.). Population redistribution and economic growth, United States, 1870-1950. Philadelphia: **The American**

Philosophical Society, 1957. v.1 LEE, E. S. et al. Methodological considerations and reference tables.

LAL, Deepak. **A pobreza das teorias desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

MATOS, R. **Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha**. Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Geociências/Departamento de Geografia. Belo Horizonte, Projeto Finep 2504 – Programa Pólo Jequitinhonha, v.1, 1999.

MENDES, Lucas. **Liberdade para desenvolver**. Disponível em <http://www.midiaseemmascara.com.br/artigo.php?sid=835>. Acesso em 27 outubro de 2006.

MONTERO, Cecilia, MORRIS, Pablo. **Territorio, competitividad sistémica y desarrollo endógeno**: metodología para el estudio de los Sistemas Regionales de Innovación. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/artsexta.doc>. Acesso em: 5 outubro 2006

NASSER, José Monir. **Interatividade e empreendedorismo cívico**. Disponível em <http://www.ipd.org.br/cursos/modulo15.htm>. Acesso em 20 de abril de 2005.

PAULA, Juarez de. **Territórios, redes e desenvolvimento**. Disponível em <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios>. Acesso em 25 de maio de 2005.

PEYREFITTE, Alain. **A sociedade da confiança**: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

PEYREFITTE, Alain. **Os milagres na economia**. Bauru: EDUSC, 2000.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2004, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004. (Disponível em CD-ROM).

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCOTT, John. **Social network analysis**. London: SAGE, 2000.

SILVA, Napoleão III Medeiros. **Vale do Jequitinhonha**: incorporação e transformações estruturais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1987.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: Redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de doutorado em Demografia, UFRJ, 2002.

SOARES, Weber. **A emigração internacional de brasileiros: componentes da questão migratória**. SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasília, 2004

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (Org.). **Immigration reconsidered**: history, sociology, and politics. London: New York: Oxford University, 1990. 342p.

VAINER, Carlos Bernardo. Entrevista. **Proposta**, ano 27, n. 78 p. 40-47, Rio de Janeiro, set./nov. 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas**: o que pode o poder local. Belo Horizonte, 2001. (Mimeogr.).

Von MISES, Ludwig. **As seis lições**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: WOODWARD, Kathryn, HALL, Stuart, SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ANEXOS

MUNICÍPIO	Crianças de 10 a 14 anos analfabetas (%)		Crianças de 10 a 14 ano fora da escola (%)		Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alto Jequitinhonha						
Angelândia	22,86	6,13	32,85	14,13	71,27	48,89
Aricanduva	19,77	2,97	25,75	7,32	77,86	37,29
Capelinha	21,53	4,13	34,97	9,98	60,92	37,92
Carbonita	16,90	2,10	30,67	2,68	64,86	23,91
Chapada do Norte	40,16	6,55	29,68	4,74	70,76	39,54
Couto de Magalhães de Minas	12,77	2,14	23,77	3,64	58,20	19,86
Datas	10,37	1,85	24,04	3,07	66,58	19,34
Diamantina	12,35	2,17	19,61	2,78	54,67	18,11
Felício dos Santos	13,75	2,35	38,23	5,48	80,36	26,25
Gouveia	4,74	1,41	18,42	5,25	61,41	23,97
Itamarandiba	22,88	3,31	34,27	4,67	69,68	32,73
Leme do Prado	21,91	2,31	29,16	2,60	54,91	26,59
Minas Novas	33,38	5,46	27,35	4,62	61,54	26,90
Presidente Kubitschek	11,38	3,03	25,59	6,19	66,95	25,55
São Gonçalo do Rio Preto	19,58	3,03	24,93	3,29	74,39	21,31
Senador Modestino Gonçalves	28,22	2,21	28,17	5,02	79,17	28,58
Serro	26,61	8,15	28,23	7,73	69,20	33,20
Turmalina	15,06	3,53	22,45	5,24	64,66	34,12
Veredinha	17,39	3,38	26,03	5,43	72,33	27,21

MUNICÍPIO	Pessoas em domicílios com água encanada (%)		Pessoas em domicílios com banheiro e água encanada (%)		Pessoas em domicílios urbanos com coleta de lixo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Médio Jequitinhonha						
Araçuaí	38,05	55,06	32,98	51,72	23,79	77,59
Berilo	16,83	49,04	14,15	37,06	17,56	54,50
Cachoeira de Pajeú	20,41	42,04	19,50	32,75	29,13	67,20
Caraí	20,53	44,71	17,51	36,17	44,11	59,74
Comercinho	13,49	33,12	11,00	28,44	21,41	74,18
Coronel Murta	41,23	60,87	31,48	56,72	16,99	50,22
Francisco Badaró	16,98	47,36	12,93	36,79	10,90	30,79
Itaobim	46,11	61,82	43,10	55,50	37,84	56,82
Itinga	27,11	39,35	15,77	36,78	14,37	73,28
Jenipapo de Minas	17,19	31,04	16,36	26,70	1,10	50,56
José Gonçalves de Minas	15,59	48,44	13,53	35,99	4,39	71,37
Medina	31,39	53,78	29,56	50,38	66,96	76,46
Novo Cruzeiro	17,09	37,64	14,33	32,83	33,53	57,98
Padre Paraíso	35,79	60,99	30,99	51,84	32,18	82,71
Pedra Azul	55,09	62,19	51,89	59,94	58,76	76,96
Ponto dos Volantes	17,16	35,21	13,48	30,09	3,86	64,23
Virgem da Lapa	42,91	56,76	30,95	52,03	36,32	81,68

MUNICÍPIO	Pessoas em domicílios com água encanada (%)		Pessoas em domicílios com banheiro e água encanada (%)		Pessoas em domicílios urbanos com coleta de lixo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Baixo Jequitinhonha						
Almenara	47,78	67,63	44,53	64,17	48,49	69,75
Bandeira	34,38	57,82	32,43	51,71	27,93	73,14
Divisópolis	27,47	65,89	27,47	57,66	36,00	91,61
Felisburgo	57,40	63,49	54,52	58,88	63,29	73,52
Jacinto	50,37	49,75	30,65	43,98	12,10	61,60
Jequitinhonha	40,89	57,40	39,41	54,12	51,43	76,76
Joaíma	43,64	60,53	40,76	55,55	72,60	91,87
Jordânia	43,18	52,97	42,47	50,95	73,07	77,89
Mata Verde	42,37	74,16	41,80	72,26	44,71	93,53
Monte Formoso	18,49	31,23	4,18	22,47	6,67	53,20
Palmópolis	29,66	34,40	21,07	30,08	8,37	51,41
Rio do Prado	31,86	50,38	26,79	48,34	37,82	69,21
Rubim	37,18	54,34	35,48	50,29	43,87	71,59
Salto da Divisa	47,28	63,58	36,43	61,75	28,86	64,01
Santa Maria do Salto	30,94	62,71	23,93	59,96	47,78	62,89
Santo Antônio do Jacinto	17,40	41,18	13,88	36,62	27,86	66,05

MUNICÍPIO	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)		Classificação na UF		Classificação no Vale do Jequitinhonha	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Alto Jequitinhonha						
Angelândia	0,540	0,635	774	779	33	34
Aricanduva	0,533	0,637	783	773	36	31
Capelinha	0,564	0,674	720	659	20	11
Carbonita	0,592	0,679	622	639	12	10
Chapada do Norte	0,552	0,641	744	769	26	30
Couto de Magalhães de Minas	0,620	0,712	505	488	4	3
Datas	0,629	0,694	474	572	3	5
Diamantina	0,677	0,748	232	298	1	1
Felício dos Santos	0,566	0,657	714	722	19	21
Gouveia	0,664	0,735	312	383	2	2
Itamarandiba	0,564	0,663	722	699	21	18
Leme do Prado	0,569	0,683	701	619	18	8
Minas Novas	0,528	0,633	791	785	38	36
Presidente Kubitschek	0,613	0,671	525	668	6	13
São Gonçalo do Rio Preto	0,548	0,635	755	778	28	33
Senador Modestino Gonçalves	0,541	0,626	772	794	31	40
Serro	0,599	0,659	590	716	10	20
Turmalina	0,601	0,705	576	524	7	4
Veredinha	0,545	0,669	765	675	29	14

MUNICÍPIO	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)		Classificação na UF		Classificação no Vale do Jequitinhonha	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Médio Jequitinhonha						
Araçuaí	0,600	0,687	581	602	8	7
Berilo	0,617	0,680	515	636	5	9
Cachoeira de Pajeú	0,543	0,622	768	800	30	43
Caraí	0,525	0,636	797	775	41	32
Comercinho	0,528	0,603	792	830	39	50
Coronel Murta	0,576	0,673	681	663	16	12
Francisco Badaró	0,540	0,646	775	755	34	24
Itaobim	0,597	0,689	593	592	11	6
Itinga	0,538	0,623	778	799	35	42
Jenipapo de Minas	0,515	0,618	807	809	44	45
José Gonçalves de Minas	0,551	0,646	748	758	27	26
Medina	0,563	0,645	725	759	22	27
Novo Cruzeiro	0,492	0,629	834	791	48	38
Padre Paraíso	0,562	0,656	727	726	23	22
Pedra Azul	0,585	0,660	645	709	13	19
Ponto dos Volantes	0,492	0,594	832	841	47	51
Virgem da Lapa	0,557	0,664	734	696	25	17

MUNICÍPIO	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)		Classificação na UF		Classificação no Vale do Jequitinhonha	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Baixo Jequitinhonha						
Almenara	0,599	0,668	589	680	9	16
Bandeira	0,514	0,619	808	806	45	44
Divisópolis	0,484	0,605	840	825	49	48
Felisburgo	0,561	0,642	730	766	24	28
Jacinto	0,532	0,632	785	789	37	37
Jequitinhonha	0,583	0,668	652	679	14	15
Joaíma	0,527	0,646	794	756	40	25
Jordânia	0,579	0,647	664	754	15	23
Mata Verde	0,470	0,604	845	826	51	49
Monte Formoso	0,465	0,570	849	852	52	52
Palmópolis	0,511	0,615	810	811	46	46
Rio do Prado	0,516	0,626	805	793	43	39
Rubim	0,541	0,625	773	797	32	41
Salto da Divisa	0,571	0,642	695	768	17	29
Santa Maria do Salto	0,524	0,633	798	784	42	35
Santo Antônio do Jacinto	0,484	0,611	841	817	50	47

Percentual da população segundo municípios e regiões - Vale do Jequitinhonha, 1991 e 2000

	1991	2000
Alto Jequitinhonha	35,51	38,89
Angelândia	-	0,18
Aricandu	-	0,065
Capelinha	4,48	3,91
Carbonita	1,21	0,14
Chapada do Norte	2,33	0,21
Couto de Magalhães de Minas	0,59	0,21
Datas	0,69	0,50
Diamantina	6,54	12,43
Felício dos Santos	0,86	0,30
Leme de Prado	-	0,15
São Gonçalo do Rio Preto	0,44	0,17
Gouveia	1,69	2,70
Itamarandiba	4,80	7,34
Minas Novas	4,96	2,76
Presidente Kubitschek	0,43	0,47
Senador Modestino Gonçalves	0,78	0,82
Serro	2,85	4,59
Turmalina	2,86	1,75
Veredinha	-	0,19
Médio Jequitinhonha	39,49	33,91
Cachoeira de Pajeú	1,29	0,74
Araçuaí	4,99	5,56
Berilo	2,62	0,28
Carai	3,21	2,75
Comercinho	1,51	0,59
Coronel Murta	1,36	1,24
Francisco Badaró	2,54	0,07
Itaobim	3,00	3,72
Itinga	3,34	1,86
Jenipapo	-	0,063
Medina	3,21	3,34
Novo Cruzeiro	4,54	2,21
Padre Paraíso	2,56	4,06
Pedra Azul	3,26	6,06
Ponto dos Volantes	-	0,32
Virgem da Lapa	2,06	1,05
Baixo Jequitinhonha	25,00	27,21
Almenara	6,70	6,50
Bandeira	0,86	0,26
Felisburgo	0,89	0,38
Jacinto	1,80	0,94
Jequitinhonha	3,36	6,50
Joaíma	2,70	2,81
Jordânia	1,41	1,11

Mata Verde	-	0,08
Monte Formoso	-	0,3
Palmópolis	-	1,72
Rio do Prado	1,98	0,78
Rubim	1,59	1,17
Salto da Divisa	1,15	1,28
Santa Maria do Salto	0,78	0,80
Santo Antônio do Jacinto	1,78	2,58
Total	100,00	100,00

Fontes dos dados básicos: Censo Demográfico

**Percentual da população cujo domicílio se situa na área rural -
Vale do Jequitinhonha e regiões, 1991 e 2000**

	1991	2000
<i>Vale do Jequitinhonha</i>	51,99	43,23
Alto Jequitinhonha	50,66	43,09
Médio Jequitinhonha	61,48	51,08
Baixo Jequitinhonha	38,91	31,07

Fontes dos dados básicos: Censo Demográfico

**Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade -
Vale do Jequitinhonha e regiões, 1991 e 2000**

	1991	2000
<i>Vale do Jequitinhonha</i>	2,07	3,04
Alto Jequitinhonha	2,40	3,38
Médio Jequitinhonha	1,98	2,93
Baixo Jequitinhonha	1,85	2,81

Fontes dos dados básicos: Atlas do Desenvolvimento Humano